

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024			
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS - PML			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2024			
TIPO	MAIOR RETORNO ECONOMICO		
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL		
MODO DE DISPUTA	Aberto		
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá integralmente à Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal nº11.462, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, assim como as cláusulas e condições constantes deste Edital.		
OBJETO	Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a gestão, efficientização, e modernização do Parque Energético e de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, incluindo o fornecimento e instalação de usinas fotovoltaica totalizando 1.905,98 kWp de potência instalada, comissionamento, operação e manutenção, projeto executivo, como sumariamente discriminados no Termo de Referência e seus apêndices, doravante denominada de UFV (Usina Fotovoltaica), sendo 853,76 kWp para atender a demanda de energia das unidades consumidoras dos Prédios Públicos, 396,72 kWp para atender a demanda de energia consumida pelo sistema de saneamento do município e 655,50 kWp para atender a demanda de energia elétrica consumida da Iluminação Pública do município de Laranjeiras SE. Também como fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos, a instalação, o comissionamento, os projetos executivos, a preparação do terreno (topografia, terraplanagem, remoção de vegetação, hidrologia, drenagem, medidas de resistividade do solo, malhas de aterramento e SPDA, testes, e as-built e a operação e manutenção pelo período de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data do comissionamento junto a companhia de energia elétrica; e ainda a expansão, operação e manutenção da infraestrutura de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, celebrado por meio do Contrato de Eficiência, conforme as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos.		
		DIA	HORÁRIO
ABERTURA DA SESSÃO		29/08/2024	09:00h
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo explicitadas neste edital será observado o horário de Brasília.			
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL			
Prefeitura Municipal de Laranjeiras			
Endereço: Rua Sagrado Coração de Jesus, nº 90, Bairro Centro, Laranjeiras, Estado de Sergipe.			
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Livya Lays dos Santos			
E-mail: licitacao@laranjeiras.se.gov.br / laranjeiraslicitacao@gmail.com			
OBSERVAÇÃO: Os interessados deverão acessar o https://ww.bll.org.br e http://www.laranjeiras.se.gov.br , onde o edital estará disponível ou na dirigir-se a Prefeitura Municipal de Laranjeiras no endereço acima citado.			
LOCAL DA DISPUTA – Portal https://ww.bll.org.br			
As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma Portal de Licitações – BLL, site: https://ww.bll.org.br (34) 2512-6500 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail o forneecedor@https://ww.bll.org.br / comercial@https://ww.bll.org.br .			



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024

SUMÁRIO

O presente Edital contém ao todo **957 (novecentas e cinquenta e sete páginas)**, possui ainda 23 (vinte e três) anexos numerados da forma descrita abaixo, que são partes integrantes do presente:

1. Edital - (contendo 44 paginas).
2. Anexo I - Modelo de Proposta de Preços e Proposta de Trabalho (contendo 8 páginas).
3. Anexo I A - Modelo de Carta de instituição ou entidade financeira (contendo 2).
4. Anexo IB-Modelo de Termo de Confidencialidade (contendo 4 páginas).
5. Anexo II - Certificado de Realização de Vistoria Técnica (contendo 1 página).
6. AnexoIII–Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (contendo 1 página).
7. Anexo IV– Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (contendo 1 página).
8. Anexo V - Modelo de Declaração Conjunta (contendo 2 páginas).
9. Anexo VI - Modelo de Declaração de Responsável Para Assinatura do Contrato (contendo 2 páginas).
10. Anexo VII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção (contendo 2 páginas).
11. Anexo VIII - Minuta do Contrato (19 páginas).
12. Anexo IX – Modelo de Declaração de cumprimento às normas relativas a saúde e segurança do trabalho (contendo 1 página).
13. Anexo X – Modelo de Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, (contendo 1 página).
14. Anexo XI - Termo de Referência, (contendo 43 páginas).
15. Anexo XII – Estudo Técnico Preliminar - Matriz de Alocação de Riscos, (contendo 14 páginas).
16. Anexo XIII – Estudo Técnico Preliminar - Caderno Econômico Financeiro (contendo 27 páginas).
17. Anexo XIII – A – Estudo Técnico Preliminar – Cronograma Físico Financeiro (contendo 8 páginas).
18. Anexo XIV – Estudo Técnico Preliminar - Projeto Básico - Caderno de Engenharia (contendo 168 páginas).
19. Anexo XV – Estudo Técnico Preliminar - Projeto Básico - Laudos Estruturais (contendo 225 páginas).
20. Anexo XVI – Estudo Técnico Preliminar - Projeto Básico - Relatórios de Simulação Solergo (contendo 380 páginas).
21. Anexo XVII – Modelo de Declaração de Cumprimento ao artigo 7º da Constituição Federal (contendo 1 página).
22. Anexo XVIII – Modelo de Declaração que não se encontra em falência ou insolvência (contendo 1 página).
23. Anexo XIX – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (contendo 1 página).
24. Anexo XX – Modelo de Declaração de Capacidade Financeira (contendo 1 página).

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 003/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024

OBJETO DA SELEÇÃO:

Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a gestão, efficientização, e modernização do Parque Energético e de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, incluindo o fornecimento e instalação de usinas fotovoltaica totalizando 1.905,98 kWp de potência instalada, comissionamento, operação e manutenção, projeto executivo, como sumariamente discriminados no Termo de Referência e seus apêndices, doravante denominada de UFV (Usina Fotovoltaica), sendo 853,76 kWp para atender a demanda de energia das unidades consumidoras dos Prédios Públicos, 396,72 kWp para atender a demanda de energia consumida pelo sistema de saneamento do município e 655,50 kWp para atender a demanda de energia elétrica consumida da Iluminação Pública do município de Laranjeiras SE. Também como fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos, a instalação, o comissionamento, os projetos executivos, a preparação do terreno (topografia, terraplanagem, remoção de vegetação, hidrologia, drenagem, medidas de resistividade do solo, malhas de aterramento e SPDA, testes, e as-built e a operação e manutenção pelo período de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data do comissionamento junto a companhia de energia elétrica; e ainda a expansão, operação e manutenção da infraestrutura de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, celebrado por meio do Contrato de Eficiência, conforme as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos.

Observação: A licitação ocorrerá de forma eletrônica e poderá ser acompanhada de forma remota pelo site, no endereço eletrônico: <https://ww.bll.org.br>

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

O Município de Laranjeiras/SE, e-mail: laranjeiraslicitacao@gmail.com, através de seu Agente de Contratação, a Sr(a). Lyvia Lays dos Santos, torna público que realizará em Sessão Pública, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, considerando o modo de disputa combinado **“ABERTO”**, critério de julgamento do tipo **“MAIOR RETORNO ECONÔMICO”** no Regime de Contratação Integrada, que será regido na forma da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas atualizações, e pelas demais normas legais e regulamentadoras aplicáveis à espécie, conforme condições e especificações esta belecidas neste Edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://www.bll.org.br> ou no site do município, os desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação.

Processo Administrativo	Nº 003/2024		
Concorrência	Nº 003/2024		
Tipo	Maior retorno econômico		
Disponível em	https://www.bll.org.br		
Realização da Licitação	29/08/2024	Horário	09:00
Unidade Gestora	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE		
Local De Realização	Plataforma da BLL		

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O procedimento licitatório obedecerá integralmente, a Lei Federal de Licitações e Contratações nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como todas as atualizações e demais normas legais e regulamentadoras aplicáveis ao objeto deste certame.

1.2. A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.3. Os atos da concorrência serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade.

1.4. O Agente de Contratação da Comissão responsável será Sra. Lyvia Lays dos Santos de Portaria nº 00130 de 02 de fevereiro de 2024.

1.5. A celebração por meio do Contrato de Eficiência, objetiva à prestação de serviços, com a realização de mão de obra e o fornecimento de bens, visando proporcionar economia ao município, na forma de redução de despesas correntes, remunerando a empresa contratada com base em percentual da economia gerada.

1.6. O critério de julgamento adotado será **“maior retorno econômico”**, e considerará a maior economia para a Administração, na forma de redução de despesas correntes, calculada pela diferença entre o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho e a proposta de preços.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a gestão, efficientização, e modernização do Parque Energético e de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, incluindo o fornecimento e instalação de usinas fotovoltaica totalizando 1.905,98 kWp de potência instalada, comissionamento, operação e manutenção, projeto executivo, como sumariamente discriminados no Termo de Referência e seus apêndices, doravante denominada de UFV (Usina Fotovoltaica), sendo 853,76 kWp para atender a demanda de energia das unidades consumidoras dos Prédios Públicos, 396,72 kWp para atender a demanda de energia consumida pelo sistema de saneamento do município e 655,50 kWp para atender a demanda de energia elétrica consumida da Iluminação Pública do município de Laranjeiras SE. Também como fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos, a instalação, o comissionamento, os projetos executivos, a preparação do terreno (topografia, terraplanagem, remoção de vegetação, hidrologia, drenagem, medidas de resistividade do solo, malhas de aterramento e SPDA, testes, e as-built e a operação e manutenção pelo período de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data do comissionamento junto a companhia de energia elétrica; e ainda a expansão, operação e manutenção da infraestrutura de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, celebrado por meio do Contrato de Eficiência, conforme as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos.

2.2 O valor total de economia projetada para o município com esta contratação é de **R\$ 132.129.615,00 (cento e trinta e dois milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e quinze reais)**. Sendo que a contraprestação a ser paga pelo município ao licitante vencedor, será de no máximo 86,21% da economia total. (conforme item 1.4, tabelas 1, 2 e 3 do Termo de Referência).

3. AS DESPESAS CORRERÃO PELAS SEGUINTE DOTAÇÕES

3.1 As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão à conta do recurso das seguintes dotações orçamentárias:

2042-Manutenção da Iluminação Pública 3390.39.00.00-Outros
Serv.de Terceiros-Pessoa Jurídica,Fonte de
Recurso:1500/1751/1704,
2043-Manutenção da Secr.de Infraestrutura e
Serv.Públ.3390.39.00.00-Outros Serv.de Terceiros -Pessoa
Jurídica,Fonte de Recurso:15000000,
2190-Manutenção da Secr.Mun.de Educação 3390.39.00.00-Outros
Serv.de Terceiros-Pessoa Jurídica,Fonte de Recurso:1500000-
15001001,
2053-Manutenção da Secretaria de Adm.Geral 3390.39.00.00-
Outros Serv.de Terceiros Pessoa Jurídica,Fonte de
Recurso:1500000,
2122-Manutenção da Secretaria de Assistência e
Desenvolvimento Social 3390.39.00.00,Fonte de
Recurso:1500000,
2124-Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de
Assistência Social 3390.39.00.00-Outros Serv.de Terceiros -
Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso:15000000,
2003-Gestão das Atividades Adm.da Saúde 3390.39.00.00-Outros
Serv.de Terceiros-Pessoa,Fonte de Recurso:15001002

3.2 Desmembramento Dos Prédios Públicos Por Setores e Saneamento – Laranjeiras/SE

Setor	Quantidade de UCs	Consumo Atual (kWh)	%	Divisão da usina de 1250,48 kWp (Pré-projetado)	Quantidade de painéis (580 W)	Potência instalada (kWp)	Área projetada (m²)
Educação	24	68.032,00	40,86%	510,96	881	510,96	2.378,62

Setor	Quantidade de UCs	Consumo Atual (kWh)	%	Divisão da usina de 1250,48 kWp (Pré-projetado)	Quantidade de painéis (580 W)	Potência instalada (kWp)	Área projetada (m²)
Saúde	19	15.185,00	9,12%	114,05	197	114,05	530,92

Setor	Quantidade de UCs	Consumo Atual (kWh)	%	Divisão da usina de 1250,48 kWp (Pré-projetado)	Quantidade de painéis (580 W)	Potência instalada (kWp)	Área projetada (m²)
Outros	82	30.433,00	18,28%	228,57	394	228,57	1.064,04

Setor	Quantidade de UCs	Consumo Atual (kWh)	%	Divisão da usina de 1250,48 kWp (Pré-projetado)	Quantidade de painéis (580 W)	Potência instalada (kWp)	Área projetada (m²)
Saneamento	22	52.845,00	31,74%	396,90	684	396,90	1.847,63

4. DO PAGAMENTO

4.1 A remuneração máxima do contratado será de até 86,21% da economia gerada referente às despesas correntes atuais da Administração com Iluminação Pública, Prédios Públicos e do Saneamento (vide Tabelas 1, 2 e 3 do Termo de Referência).

4.2 Para garantir os pagamentos pactuados, mormente com relação àqueles referentes à Iluminação Pública, a Administração firmará contrato com Instituição Financeira Depositária onde receba os recursos da CIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, na forma estabelecida nas cláusulas abaixo:

4.3 Para fins de permitir o entendimento e a precisão da terminologia técnica empregada fica desde já acordado entre ambas as Partes o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

a) Instituição Financeira Depositária: instituição Financeira, sem vinculação societária, direta ou indireta, com a **CONTRATADA** ou a **CONTRATANTE**, para a centralização e administração do fluxo de recursos derivados da CIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública;

b) Conta Vinculada: Conta corrente de titularidade da **CONTRATANTE**, utilizada para centralizar a totalidade do produto decorrente da cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, movimentável unicamente pela Instituição Financeira Depositária;

c) CIP: Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública;

d) Contrato Original: É o contrato firmado entre o Município e a empresa vencedora da licitação realizada pelo município e que regulará os termos da relação entre os contratantes;

- e) A administração deverá, tão logo assine o Contrato Original, providenciar às suas expensas, a abertura da Conta Vinculada junto à Instituição Financeira Depositária, com a finalidade exclusiva de realizar e garantir o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato firmado, exclusivamente quanto às obrigações financeiras decorrentes da instalação das Usinas voltadas a atender a demanda de energia da iluminação pública;
- f) A Instituição Financeira Depositária irá atuar como banco mandatário, depositário e responsável pela centralização e administração de fluxos de recursos da Conta Vinculada para fins de pagamento das parcelas contratuais referentes à iluminação pública;
- g) Os valores de arrecadação da CIP totalizam o montante mensal mínimo estimado de **R\$ 205.533,93 (duzentos e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e três centavos)**. Caso o valor arrecadado seja inferior ao valor da contraprestação mensal devida, o município deverá realizar a complementação necessária para que atinja o valor devido no mês;
- h) O valor depositado mensalmente, enquanto não liberado à **CONTRATADA**, deverá ser reajustado monetariamente pelo índice de correção pactuado no Contrato Original, bem como sofrerá incidência de juros mensais, no percentual também estabelecido pelas partes em Contrato;
- i) O Município vinculará em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo as suas receitas próprias de que tratam os artigos 158, 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º e 159-A, da Constituição Federal, nos termos da ressalva apresentada pelo Art. 167, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias em direito admitidas.;
- j) É vedado ao município oferecer como forma de pagamento da contraprestação mensal, direitos creditórios de devedores que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção;
- k) A vinculação dos recursos provenientes da arrecadação da CIP deverá ocorrer durante todo o prazo de vigência do Contrato Original em caráter irrevogável e irretratável. Qualquer substituição ou complemento que venha a ser feito, tanto no Contrato Original, quanto no contrato a ser firmado com a Instituição Financeira Depositária, precederão de ajuste formal entre as partes contratantes.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre seus termos.
- 5.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio da Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica, no endereço eletrônico <https://ww.bll.org.br> Caberá ao Agente

de contratação, auxiliado pelo Setor Técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

5.4 O pedido de esclarecimento referente a este processo licitatório deverá ser enviado ao Agente de contratação, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio da Plataforma do Sistema de Compras Eletrônico endereço eletrônico <https://www.bll.org.br> As respostas serão juntadas ao processo administrativo e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional e será motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo.

5.6 A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos.

5.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderá participar do certame toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, desde que o ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencham todas as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

6.2 Devendo estar previamente credenciadas na Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br>

6.3 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito nos endereços eletrônicos <https://www.bll.org.br> ou no site do município. As empresas que efetuarem o *download* do Edital disponível e que estejam interessadas em participar da licitação deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados.

6.4 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso com ou que direta ou indiretamente se encontrem nas condições previstas no art. 14º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como:

6.4.01 Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.02 Que tenham sido proibidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, de participar de licitações promovidas pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529 de 30 de novembro de 2011;

6.4.03 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de Sanção Restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72º, § 8º, Inciso V, da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;

6.4.04 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado sede da empresa ou pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

6.4.05 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta e Indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33º, Incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

6.5 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.6 Os licitantes beneficiários do estabelecido nos artigos. 42º a 49º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, não poderão usufruir tratamento favorecido estabelecido em face do estabelecido no § 1º do artigo 4º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

7.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

7.2 Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, e incluir os seguintes elementos:

7.2.01 Designação do consórcio e sua composição;

7.2.02 Finalidade do consórcio;

7.2.03 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

7.2.04 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

7.2.05 Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

7.2.06 Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

7.2.07 Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

7.2.08 Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Comissão de Contratação até o cumprimento do objeto

da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no item 6.2.3.

7.3 É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, e em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do art. 15º, Inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4 O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

7.5 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital, apresentando todos os documentos na fase de habilitação.

7.6 Para a comprovação relativo à qualificação técnica, poderá ser utilizado atestado de capacidade técnica de apenas um consorciado ou o somatório de todas as empresas envolvidas, desde que correspondam à sua área de segmento profissional.

7.7 Para efeitos de qualificação econômico-financeira, a comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual global, conforme exigido no presente Edital, se dará pela somatória do capital social ou patrimônio líquido de todas as empresas consorciadas.

7.7.01 Se o consórcio for composto em sua totalidade por microempresas e pequenas empresas, estas estarão dispensadas de apresentar o acréscimo previsto no Item 6.7 deste edital.

7.8 Poderá haver substituição de consorciado, desde que seja expressamente autorizada pelo Agente de Contratação, e deverá ser comprovado de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação.

8. DA VISTORIA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

8.1 As PROPONENTES deverão realizar visita técnica para tomar pleno conhecimento de todas as características técnicas pertinentes às obras e serviços objeto desta licitação. A visita técnica deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e-mail: laranjeiraslicitacao@gmail.com, e deverá ser realizada em até 02 (dois) dias úteis antes da realização do certame, no Paço Municipal. A visita técnica será acompanhada por servidor designado pelo **PODER CONTRATANTE**, que expedirá atestado comprobatório da sua realização.

8.2 A realização da visita técnica é obrigatória, uma vez que um dos objetos a ser considerado é a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação das vias públicas, que foi entregue ao **PODER CONTRATANTE** pela concessionária distribuidora de energia elétrica em estado que enseja análise apurada. Faz-se necessária verificação *in loco* das condições a serem consideradas para a correta manutenção do sistema e a verificação do estado de conservação de todos os seus componentes: luminárias, circuitos, caixas disjuntoras, reles fotoelétricos, braços, braçadeiras, suportes, fiação, conexões com os transformadores e demais pontos de contato da rede elétrica e demais componentes do sistema de iluminação. Trata-se também de execução de Usinas de Geração de Energia Fotovoltaica, obra com certo grau de complexibilidade, pois das condições atuais dos telhados dos prédios e da análise dos espaços disponíveis em solo, dependem o projeto de execução, pois os telhados deverão

suportar peso considerável das estruturas e placas, tornando imperiosa a necessidade de conhecimento prévio das instalações, no estado em que se encontram. E os espaços disponíveis em solo, devem ser analisados se atendem ao interesse do município e se possui metragem suficiente para instalação das usinas e se existe infraestrutura de rede para receber a energia gerada nas usinas

8.3 A visita técnica deverá ser realizada por representante da empresa, no caso de consórcio por representante da empresa líder, mediante apresentação de Carta de Apresentação assinada pelo representante legal do PROPONENTE, com firma reconhecida e acompanhada do instrumento de constituição do Consórcio ou termo de compromisso para sua constituição (quando o PROPONENTE for Consórcio), informando que o profissional representa a PROPONENTE para a realização da visita técnica.

8.4 A realização da visita técnica destina-se a possibilitar às PROPONENTES a correta avaliação das condições de implementação do projeto. A análise detalhada das condições de instalação, do sistema de comunicação e implementação do sistema de iluminação nas vias públicas deverá ser realizada por ocasião da visita, e as condições encontradas deverão ser levadas em conta na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL. As PROPONENTES não poderão alegar futuramente qualquer desconhecimento em relação a eventuais problemas nesse sistema.

8.5 A Vistoria Técnica deverá ser acompanhada por Servidor da Prefeitura do município de Laranjeiras, devidamente designado, o qual expedirá o Atestado de Conhecimento do Local ou de Vistoria Técnica, em 02 (duas) vias.

8.6 Uma via do Atestado de Conhecimento do Local ou de Vistoria Técnica será entregue ao representante da empresa licitante e outra via, devidamente assinada, será juntada aos autos do processo licitatório.

8.7 Em hipótese alguma haverá Vistoria Técnica após a data limite, conforme Item 7.1.

8.8 As empresas licitantes deverão ter pleno conhecimento do Edital, das condições gerais e particulares do objeto da Licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

9. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

9.1 A **CONTRATADA** deverá executar o serviço em conformidade com as especificações contidas no Anexo XI (Termo de Referência), deste Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do Projeto.

9.2 O município recusará os serviços e produtos que não estiver de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos, respondendo a **CONTRATADA**, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

9.3 A **CONTRATADA** é responsável pela qualidade final do objeto e pelo resultado proposto em sua Proposta Comercial.

9.4 A **CONTRATADA** deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a execução dos serviços ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica,

junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, dos Responsáveis Técnicos ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT se for o caso.

9.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar, quando solicitado todos os documentos relativos às Normas Regulamentadoras (NRs), relativos ao seu respectivos objeto.

9.6 Todos os equipamentos destinados à manutenção e efficientização dos serviços relacionados no objeto desta licitação, quando o regramento determinar, deverá apresentar os laudos/ensaios emitidos por laboratório acreditado pelo Inmetro, bem como sua respectiva Certificação e Registro junto ao Inmetro.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1 Os interessados em participar desta concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante a Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica, por meio do sítio <https://ww.bll.org.br>

10.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor da Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.3 Os interessados em se credenciar na Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica poderão obter maiores informações na página <https://ww.bll.org.br> , podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma do <https://ww.bll.org.br> ou pelo e-mail: laranjeiraslicitacao@gmail.com

10.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município de Laranjeiras/SE responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.6 O credenciamento junto à Plataforma do Sistema de Compras Eletrônica implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

10.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

10.8 A licitação será conduzida pelo Agente de contratação do município de Laranjeiras/SE, com apoio técnico e operacional da plataforma Compras eletrônica, que atuará como provedor do Sistema Eletrônico para esta licitação.

10.9 A Documentação de Habilitação deverá ser anexada juntamente com o envio da Proposta, em campo próprio da plataforma de Compras eletrônica, que atuará como provedor do Sistema Eletrônico para esta licitação.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA

11.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico o <https://www.bll.org.br> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar Proposta de Trabalho e a Proposta de Preço, com a descrição do objeto ofertado, preço, e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

11.2 A licitante deverá elaborar a sua Proposta de Trabalho e Proposta de Preço com base no edital e ANEXO I, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

11.3 A Proposta de Trabalho deverá contemplar os serviços e, de forma acessória, os demais itens a serem executados, prestados ou fornecidos, com os respectivos prazos de realização ou fornecimento.

11.3.01 A Proposta de Trabalho deverá evidenciar sua relação com a economia da despesa corrente, possibilitando sua análise quanto a aspectos técnicos qualitativos e quantitativos.

11.3.02 A Proposta de Preços, será expressa em percentual incidente sobre a economia que se estima gerar, expressa em percentual e também em Valor Estimado em Reais.

11.4 O licitante deverá enviar sua Proposta de Trabalho e de Preço, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

11.5 Valor em percentual (%) de maior percentual de repasse da efficientização gerada, com 02 (duas) casas após a vírgula, e seus respectivos valores em moeda corrente nacional (reais);

11.5.01 O sistema manterá a ordenação, durante a disputa, computando-se invariavelmente o maior retorno econômico. Para efeito de lances prevalecerão os lances em percentuais de retorno econômico ao município;

11.5.02 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

11.6 Nos percentuais de economia a ser gerada para a contratada deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes e que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao município de Laranjeiras/SE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

11.7 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.7.01 Antes de expirar a validade original da proposta, a Comissão de Contratação poderá solicitar à proponente que declare a sua intenção de prorrogar o prazo previsto no item anterior. As respostas se farão por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

- 11.7.02 Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.
- 11.8 O licitante, ao enviar sua Proposta de Trabalho e de Preço, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema:
- 11.8.01 A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 11.8.02 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 11.9 Demais declarações que devem ser enviadas juntamente com a Proposta:
- 11.9.1. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital em conformidade com o Item 16.3.3.3;
- 11.9.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- 11.9.3. Declaração, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846 de 01 de agosto de 2013.
- 11.9.4. Uma carta de instituição ou entidade financeira que assessora a PROPONENTE na montagem financeira do empreendimento, declarando que analisou o plano de negócios a ela apresentado pela PROPONENTE e atesta sua viabilidade e exequibilidade, com o conteúdo mínimo do ANEXO 1A ao presente EDITAL, apresentando, ainda, um Termo de Confidencialidade celebrado entre a PROPONENTE e a instituição ou entidade financeira, com o conteúdo mínimo do ANEXO 1B ao presente EDITAL; e
- 11.9.5. A instituição ou entidade financeira referida no item 11.9.03 deverá ser nacional, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- 11.9.6. A instituição ou entidade financeira não poderá ser PROPONENTE, nem poderá ser CONTROLADORA, CONTROLADA, COLIGADA ou entidade sob CONTROLE comum da PROPONENTE, tampouco poderá se encontrar submetida a liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.
- 11.10 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, seguindo as orientações contidas neste edital, referente a forma e onde deverão ser apresentada cada declaração.
- 11.11 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.12 As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

11.13 O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Agente de contratação, por meio da plataforma de Compras eletrônica, na data, horário e local indicado neste Edital.

12.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma de Compras eletrônica.

12.3 O Agente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.3.01 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.3.02 A classificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.

12.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma de Compras eletrônica, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações na plataforma de Compras eletrônica durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.7 O licitante somente poderá oferecer percentuais crescentes referente à proposta de preço por ele ofertada e registrada pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir o maior retorno econômico, o valor mínimo dos **lances será de 0,10%.**

12.7.01 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable, nos termos do art. 39 da Lei Geral de Licitações nº 14.133 de 01 de abril de 2021 as devidas sanções serão tomadas.

12.8 O Agente de Contratação poderá durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

12.8.01 A eventual exclusão da proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, implica na retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

12.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.9.01 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Agente de contratação, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico.

12.9.02 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.10 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do melhor lance registrado, sendo vedado a identificação do licitante.

12.11 O licitante somente poderá oferecer lance superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.12 Fica estabelecido o lance mínimo e lance mínimo intermediário de **0,10% (um décimo percentual)**, iguais ou superior ao maior já ofertado.

12.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15 A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

12.15.01 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

12.15.02 Não havendo novos lances, a etapa será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

12.16 Definidas as Propostas de Trabalho e de Preços que resultam em maior retorno econômico em que a diferença em relação ao quantitativo de retorno econômico classificado em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

12.16.01 Havendo reinício da disputa, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 12.16.02 Encerrada a etapa de reinício da disputa, o sistema ordenará e divulgará os retornos econômicos em ordem decrescente.
- 12.17 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 12.18 Na hipótese do sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.19 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Agente de contratação aos participantes do certame publicada no endereço eletrônico da realização do certame, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 12.20 A verificação da conformidade das Propostas de Trabalho será realizada exclusivamente na fase de julgamento, em relação às propostas do licitante mais bem classificado, conforme dispõe o Item 15 do Edital.
- 12.21 O Objeto da licitação será dividido para efeitos de lances em 1 lote, será vencedor o licitante que ofertar o maior retorno econômico financeiro para o LOTE.

LOTE ÚNICO

GESTÃO DE USINA FOTOVOLTAICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E TROCA DE LUMINÁRIAS, GESTÃO DE USINA FOTOVOLTAICA PARA ATENDER A DEMANDA DE ENERGIA DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E GESTÃO DE USINA FOTOVOLTAICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SANEAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a gestão, eficiência, e modernização do Parque Energético e de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, incluindo o fornecimento e instalação de usinas fotovoltaicas totalizando 1.905,98 kWp de potência instalada, comissionamento, operação e manutenção, projeto executivo, como sumariamente discriminados no Termo de Referência e seus apêndices, doravante denominada de UFV (Usina Fotovoltaica), sendo 853,76 kWp para atender a demanda de energia das unidades consumidoras dos Prédios Públicos, 396,72 kWp para atender a demanda de energia consumida pelo sistema de saneamento do município e 655,50 kWp para atender a demanda de energia elétrica consumida da Iluminação Pública do município de Laranjeiras SE. Também como fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos, a instalação, o comissionamento, os projetos executivos, a preparação do terreno (topografia, terraplanagem, remoção de vegetação, hidrologia, drenagem, medidas de resistividade do solo, malhas de aterramento e SPDA, testes, e as-built e a operação e manutenção pelo período de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data do comissionamento junto a companhia de energia elétrica; e ainda a expansão, operação e manutenção da infraestrutura de Iluminação Pública do Município de Laranjeiras/SE, celebrado por meio do Contrato de Eficiência, conforme as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos.

13. MODO DE DISPUTA

13.1 Nesta Concorrência o modo de disputa adotado será Aberto, com julgamento sobre o Maior Retorno Econômico, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes para a Administração Pública.

14. DO EMPATE

14.1 Se o Agente de contratação observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, adotará os critérios de desempate previsto no art. 60º da Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021, nesta ordem:

14.2 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, sendo aplicado tão somente em relação à Proposta de Preços;

14.2.01 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

14.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.3.01 Empresas estabelecidas no território do Estado de Sergipe;

14.3.02 Empresas brasileiras;

14.3.03 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

14.3.04 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009.

14.4 A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

15. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

15.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de contratação encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao percentual, sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

16.2 O Agente de contratação convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

16.3 O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de contratação, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

16.4 Após o cumprimento do Item 15.2, o Agente fará diligência, solicitação para que a vencedora, encaminhe a proposta documental assinada pelo representante legal, conforme abaixo:

16.4.1 Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

16.4.2 Proposta de Trabalho e seu respectivo valor percentual, juntamente com o preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Termo de Referência, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

16.4.3 A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo XI (Termo de Referência) deste Edital;

16.4.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

16.4.5 Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

16.5 O não envio da proposta ajustada por meio eletrônico com todos os requisitos elencados no Item 16.4 ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de contratação acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

16.6 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

16.7 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

16.8 Serão considerada inexecuibilidade somente após diligência do Agente de Contratação, que comprove que o custo do licitante ultrapasse o valor pretendido de sua remuneração e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar a proposta ofertada.

16.9 O Agente de contratação poderá suspender a sessão pública para realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Anexo XI (Termo de Referência) do Edital, salvo a juntada de documentos, para atender às exigências deste edital, com vistas para saneamento de erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

16.9.1 A sessão terá seu reinício mediante aviso no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16.10 A Comissão de Contratação poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição do percentual ofertado e dos preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para analisar a aceitabilidade da proposta, em atendimento ao estabelecido no art. 59º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

16.11 Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas dos demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.

16.12 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Contratação dará o certame por encerrado, devidamente lavrado em ata.

16.13 Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.

16.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.15 Havendo necessidade, o Agente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.16 Na hipótese do licitante classificado em primeiro lugar não atender às exigências para habilitação, o Agente de contratação examinará as propostas referente ao lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

16.17 O exame de conformidade da Proposta de Preços e Proposta de Trabalho observará as regras e as condições prevista neste edital, considerando no mínimo:

16.17.1 Os aspectos técnicos da solução proposta;

16.17.2 O atendimento a preceitos de desenvolvimento sustentável; e

16.17.3 A efetividade em minimização da despesa corrente objeto da licitação.

16.18 Encerrada a fase de julgamento da proposta, após a verificação de conformidade das propostas de trabalho e de preços, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação do licitante.

16.19 Somente será dada a Proposta de Trabalho e Preços como classificada, após a análise plena e total de sua execução por parte da equipe especial de licitações, que irá proceder com Exame de Conformidade, Prova de Conceito e análise das amostras dos produtos ofertados pela proponente, com a emissão final de seu parecer quanto ao real atendimento.

17. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições

de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.2 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;

17.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

17.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

17.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

17.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos art. 3º e 12º da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. No caso de consórcio serão consultadas todas as empresas componentes.

17.7 Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

17.8 O Agente consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

17.9 Os Documentos de Habilitação serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do art. 63º, Inciso II e III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, devendo ser apresentado os seguintes documentos:

17.10 **Habilitação jurídica:** Documentos que comprovem sua existência jurídica, conforme art. 66º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

17.10.1 Registro Empresarial, registrado na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

17.10.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.10.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

17.10.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.11 **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** Documentos que comprovem sua situação fiscal, social e trabalhista, conforme art. 68º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

- 17.11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 17.11.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 17.11.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 17.11.4 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- 17.11.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente à tributos mobiliários, compatível com o objeto contratual;
- 17.11.6 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 17.11.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;
- 17.11.8 Declaração de cumprimento às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; Anexo IX;
- 17.11.9 Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; Anexo X;
- 17.12 **Qualificação econômico-financeira:** Documentos que comprovem sua boa situação econômico-financeira, conforme art. 69º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021:
- 17.12.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.
- 17.12.2 Se a licitante for sociedade não empresária, essa certidão deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- 17.12.3 Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 17.12.4 As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências, de recuperação judicial ou de execução patrimonial.
- 17.12.5 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital, quando houver, do exercício. Que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto no caso de pessoa jurídica que tenha sido aberta/fundada no exercício corrente, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

17.12.6 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

17.12.7 A empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

17.12.8 As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

17.13 **Apresentação de Índice de Liquidez** que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, demonstrando os seguintes índices:

Índice de Liquidez Geral (LG)		
Ativo Circulante + Realizável a Logo		
LG =	$\frac{\text{Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,00
Índice de Solvência Geral (SG)		
Ativo Total		
SG =	$\frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,00
Índice de Liquidez Corrente (LC)		
Ativo Circulante		
LC =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	≥ 1,00

- Os resultados isolados das operações (Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral - SG) deverão ser maiores ou iguais a 1,00.

- Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento;

17.13.1 É vedada a substituição por balanços provisórios e os índices deverão estar assinados pelo profissional Contabilista (com identificação do nome e CRC - Conselho Regional de Contabilidade).

17.13.2 Demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da licitação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais.

17.13.3 Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou contratos ou das respectivas demonstrações contábeis, que comprove(m) já ter a licitante realizado investimentos na modalidade Project ou Corporate Finance em empreendimentos de infraestrutura de pelo menos 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.

17.13.4 Será admitido o somatório de valores investidos em diferentes empreendimentos para a comprovação exigida no item anterior.

17.13.5 Para comprovação do(s) investimento(s) deverá ser apresentado atestado e/ou declaração que comprove que a licitante, ou, em caso de consórcio, por qualquer de seus componentes, realizou aporte, em empreendimento de infraestrutura em qualquer setor da qual faça ou tenha feito parte, com recursos tomados em operação de crédito corporativo por meio de instituições financeiras bancárias autorizadas pelo Banco Central e/ou por meio de outras operações em mercado de capitais.

17.13.6 O(s) atestado(s) ou contratos ou das respectivas demonstrações contábeis, exigido(s) neste item deverá(ão) estar acompanhado(s) dos documentos necessários à comprovação de sua veracidade, tais como, contratos de financiamento, balanços patrimoniais e demonstrações de resultado e atos societários de aumento de capital, acompanhados dos boletins de subscrição ou outros que comprovem de maneira eficaz a realização do Project ou Corporate Finance.

17.13.7 Caso seja apresentado contrato de financiamento, deve haver clara e expressa referência ao investimento realizado.

17.13.8 Caso sejam apresentados balanço patrimonial e demonstrações de resultados, os lançamentos em caixa e ativo imobilizado relativos ao investimento realizado a cujo atestado(s) se refira(m), deverão estar devidamente destacados, com a finalidade de possibilitar sua imediata identificação e a respectiva e devida comprovação.

17.13.9 Os valores descritos nos documentos de comprovação do item acima serão atualizados, a partir da data de referência de realização do investimento, pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.

17.13.10 Serão consideradas as seguintes regras para comprovação da experiência prevista nesse item.

17.13.10.1 No caso de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação no qual conste sua responsabilidade individual pelo(s) investimento(s) ou execução do(s) empreendimento(s), será considerado o valor total do(s) investimento(s) constante(s) no(s) documento(s) de comprovação;

17.13.10.2 Na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada ou acionista com participação igual ou superior a **50% (cinquenta por cento)** no empreendimento, será computado o valor total do(s) investimento(s) constante do(s) documento(s) de comprovação;

17.13.10.3 Na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada ou acionista com participação inferior a **50% (cinquenta por cento)**, será observada a proporção da participação da PROPONENTE no respectivo consórcio ou sociedade, aplicando-se essa proporção ao valor total do(s) investimento(s) constante do(s) documento(s) de comprovação.

17.14 **Qualificação Técnica:** Documentos que comprovem sua devida Qualificação Técnica, conforme art. 67º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

17.14.1 Registro ou inscrição da empresa junto a Entidade Profissional Competente, CONFEA/CREA –CAU - Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT;

17.14.2 A Proponente deverá comprovar experiência por meio de atestados de execução e conclusão bem sucedida, emitidos em seu nome, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, ou pelo respectivo conselho de classe, de serviços de mesma natureza com complexidade técnica e operacional equivalente ou superior, em quantidades iguais ou superiores às parcelas de maior relevância do objeto da presente Licitação, discriminadas nos quadros abaixo:

17.14.3 ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA

17.14.3.1 Que a PROPONENTE tenha executado, pelo período mínimo de 1 (um) ano, serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva de, no mínimo, **1.783** pontos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA, incluída no escopo da contratação a responsabilidade contratual pelo fornecimento de materiais e equipamentos específicos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA, tais como LUMINÁRIAS, lâmpadas, braços e suportes para instalação, projetores, conectores, condutores, reatores, relés fotoelétricos e tomadas para relés fotoelétricos, sendo indiferente as especificações contratuais acerca do quantitativo do material a ser fornecido.

17.14.3.2 Comprovação por meio de atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de que a PROPONENTE tenha sido responsável pelo fornecimento, instalação e operação de sistema de telegestão para controle ponto a ponto, comando e supervisão, como mínimo **1.783** unidades.

17.14.4 USINAS GERADORAS DE ENERGIA FOTOVOLTAICAS

17.14.4.1 Registro ou inscrição da empresa no CREA – CAU - Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFT da região da sua sede.

17.14.4.2 Capacidade técnico-operacional, comprovando por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, a execução de serviços de características semelhantes aos do Objeto deste Projeto Básico em complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores a:

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	Potência Mínima de Saída	Geração Média Mensal Mínima
A	Elaboração de projeto executivo, conforme padronização para aprovação junto à concessionária de energia, de usina Minigeradora Fotovoltaica.	800 kW ou 952,99 kWp	109.593 kWh

B	Execução de obra de usina Minigeradora Fotovoltaica	800 kW ou 952,99 kWp	109.593 kWh
C	Operação e Manutenção, com sistema de monitoramento, pelo período mínimo de 6 (seis) meses, de usina Minigeradora Fotovoltaica.	800 kW ou 952,99 kWp	109.593 kWh

17.14.4.3 Capacidade técnico-profissional comprovada através da apresentação de profissional engenheiro eletricista, com experiência comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pela Entidade Profissional Competente, CREA – CAU - Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFT, nas mesmas quantidades exigida no item 17.14.4.2, contemplando as experiências a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	TIPO
A	Elaboração de projeto executivo de usina Minigeradora Fotovoltaica.	Engenheiro Eletricista
B	Execução de obra de usina Minigeradora Fotovoltaica.	Engenheiro Eletricista
C	Operação e Manutenção, com sistema de monitoramento, de usina Minigeradora Fotovoltaica.	Engenheiro Eletricista

* Será admitido o somatório de Certidões de Acervo Técnico – CAT, de Minigeradora Fotovoltaica de no máximo 02 atestados, sendo que um deles tenha no mínimo 300 kW para a comprovação da capacidade técnica do licitante requerida.

- 17.15 Será admitido, para os fins das comprovações e dos quantitativos referidos nos itens acima o somatório de atestados, sendo aceito somente a somatória de 2 (dois) atestados, sendo que um deles tenha no mínimo 300 kW de acordo com os itens apresentados.
- 17.16 Na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada, serão consideradas as quantidades efetivamente executadas pela PROPONENTE no âmbito daquele consórcio.
- 17.17 Comprovação da PROPONENTE de possuir, na data de entrega dos envelopes, profissional(is) de nível superior detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente, emitido pelo Conselho de Classe Profissional, que demonstre(m) a execução de obras e serviços de características semelhantes aos do objeto da LICITAÇÃO, assim entendidos:

- a. Execução de obras e serviços de implantação, operação e manutenção de pontos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA;
- b. Elaboração de Projetos Elétricos para circuitos aéreos e subterrâneos de praças, monumentos e/ou avenidas;
- c. Elaboração de Projetos Luminotécnicos de praças, monumentos e/ou avenidas;
- d. Implantação e operação de sistema informatizado para administração de pontos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA, capaz de realizar o gerenciamento informatizado e georreferenciado de pontos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRIVADA.

17.18 Não serão considerados quantitativos mínimos ou máximos para os itens de “a” a “d” do item acima.

17.19 Os atestados somente serão aceitos se os profissionais possuírem vínculo com a PROPONENTE, na data do recebimento dos envelopes, nas seguintes modalidades:

- a. por relação de emprego, comprovada mediante apresentação da Carteira de Trabalho e de Fichade Registro de Empregados, devidamente atualizados;
- b. como sócio, comprovado por meio da apresentação de seu estatuto ou contrato social;
- c. como administrador, comprovado por meio de apresentação de prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente;
- d. por carta ou contrato de intenção, com firma reconhecida, indicando que, em caso de êxito da PROPONENTE na LICITAÇÃO, o profissional assumirá obrigação de prestar os serviços para Licitante, conforme sua respectiva competência técnica, por uma das modalidades de vínculo descritas nos subitens (a), (b) e (e), deste item. e. por meio de contrato de prestação de serviço.

17.20 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a. Identificação da pessoa jurídica emitente;
- b. Nome e cargo do signatário;
- c. Endereço completo do emitente;
- d. Período de vigência do contrato;
- e. Objeto contratual;
- f. Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências pela COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÃO.

17.21 Observadas as regras descritas nos subitens anteriores, os documentos de comprovação relativos às experiências constantes poderão ser apresentados em nome de:

(a) qualquer integrante do consórcio PROPONENTE;

(b) por empresas CONTROLADAS e CONTROLADORAS da PROPONENTE ou de qualquer empresa integrante do consórcio;

(c) ou outra sociedade sob CONTROLE comum da PROPONENTE ou de qualquer empresa integrante do consórcio.

17.22 Caso a PROPONENTE participe da presente CONCORRÊNCIA por meio de consórcio, as pessoas jurídicas integrantes do referido consórcio que apresentarem as qualificações técnicas exigidas nas Cláusulas acima deverão possuir, cada uma delas, uma participação societária de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do capital social da SPE a ser constituída.

17.23 Além dos documentos referidos acima, a PROPONENTE deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

a. Declaração de elaboração independente de proposta, na forma do ANEXO VII;

b. Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO XVII do EDITAL;

c. Declaração de que a PROPONENTE não se encontra em processo de (i) falência, (ii) liquidação judicial ou extrajudicial, ressalvada as hipóteses deste EDITAL, (iii) insolvência, (iv) administração especial temporária ou (v) intervenção, conforme modelo constante no ANEXO XVIII do EDITAL;

d. Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da CONCORRÊNCIA, conforme modelo constante no ANEXO XIX do EDITAL;

e. Declaração de capacidade financeira constante do ANEXO XX do EDITAL. A PROPONENTE deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da licitação, inclusive a obrigação de integralização no capital social da SPE;

f. Quando a PROPONENTE for instituição financeira, deverá apresentar, além dos documentos referidos nos itens acima, a comprovação de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

17.24 Quando a PROPONENTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, além dos documentos referidos nos itens acima, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

17.25 Quando a PROPONENTE for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item acima, os seguintes documentos:

- a. Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
- b. Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- c. Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
- d. Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver);
- e. Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;
- f. Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da CONCORRÊNCIA e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da CONCORRÊNCIA, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da CONCORRÊNCIA;
- g. Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários; e
- h. Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores à data para recebimento dos envelopes.

17.26 Os balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis e financeiras deverão ser aqueles já exigíveis pela legislação e aprovados pela administração. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards), a fim de possibilitar a comparação das informações apresentadas por todas as PROPONENTES.

17.27 Os documentos em língua estrangeira deverão ser apresentados com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá ser reconhecida pela representação consular brasileira mais próxima, se aplicável, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado, sendo que as procurações deverão ser registradas em Cartório de Títulos e Documentos.

17.28 Aplicam-se aos documentos das PROPONENTES estrangeiras, no que couber, as regras do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016. As certidões apresentadas para fins de atendimento às exigências de qualificação serão aceitas, salvo disposição contrária do EDITAL e quando delas não constar prazo de validade, se emitidas em até 90 (noventa) dias antes da data para recebimento dos envelopes. ainda que exista alguma restrição, sendo-lhes facultado regularizar a sua situação no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, nos termos do artigo 43, §1º da mesma Lei Complementar.

17.29 A apresentação por parte da PROPONENTE de qualquer DOCUMENTO DE QUALIFICAÇÃO falso ou inválido na data para recebimento dos envelopes ensejará sua desclassificação da CONCORRÊNCIA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

17.30 A PROPONENTE obriga-se a comunicar à COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÃO, imediatamente após sua ocorrência, qualquer fato ou circunstância superveniente que altere suas condições de qualificação, sob pena de desclassificação da CONCORRÊNCIA, sem prejuízo à aplicação das sanções cabíveis, ainda que exista alguma restrição, sendo-lhes facultado regularizar a sua situação no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, nos termos do artigo 43, §1º da mesma Lei Complementar.

- 17.31 Admite-se o somatório de até 2 (dois) atestados para comprovação da totalidade da experiência da Proponente.
- 17.32 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;
- 17.33 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;
- 17.34 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a 90 (noventa) dias inclusive, anteriores à data designada para sessão pública;
- 17.35 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos artigos. 42º e 43º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 17.36 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 17.37 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 17.38 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação, exigida no Item 16 deste edital, para ambos os estabelecimentos.
- 17.39 O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra e equivalente, na forma da lei.
- 17.40 O Agente de contratação poderá suspender a sessão pública para realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade dos documentos de habilitação, salvo a juntada de documentos, para atender às exigências deste edital, com vistas para saneamento de erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registra em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.
- 17.41 A sessão terá seu reinício mediante aviso no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.42 Na hipótese do licitante classificado em primeiro lugar não atender às exigências para habilitação, o

agende de contratação examinará as propostas referente ao lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

18 DO RESULTADO DO CERTAME

18.1 Será considerado vencedor do certame o licitante que, cumprindo todos os requisitos de habilitação e atendendo às demais condições previstas neste Edital e em seus anexos, oferecer o maior retorno econômico, considerando a maior economia de custeio à Administração, calculada pela composição entre a proposta de trabalho e a proposta de preço, na forma de redução de despesas correntes para o município de Laranjeiras/SE.

18.2 A decisão será apresentada pelo Agente de Contratação designado na data indicada na ata da sessão de abertura.

18.3 Somente será adjudicado o certame após a Comissão Especial averiguar o pleno atendimento técnico-econômico em consonância com a proposta ofertada pelo proponente, sendo adotado todos os critérios de análise, restando a Comissão Especial emitir um parecer técnico e conclusivo quanto ao pleno atendimento ou desatendimento, realizado análise nos seguintes tópicos:

18.4 Amostras prévias dos produtos que serão utilizados (materiais elétricos, braços, luminárias etc.);

18.5 Exame de Conformidade dos produtos que serão utilizados (materiais elétricos, braços, luminárias etc.);

18.6 Prova de Conceito dos produtos que serão utilizados (materiais elétricos, braços, luminárias etc.);

18.7 Laudos correspondente à cada um dos produtos utilizados para geração de economia e eficiência.

18.8 A Adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

18.9 O resultado final do certame será publicado na imprensa oficial.

19 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1 O prazo de execução do contrato, se dará de acordo com o cronograma de execução postulado no Termo de Referência e/ou Projeto Básico, em conformidade com o prazo de vigência do contrato.

20 DOS RECURSOS

20.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 20 (vinte) minutos.

20.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Agente de contratação autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

20.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o Agente não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

20.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Agente, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata.

20.5 Ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente ou de divulgação da interposição do recurso.

20.6 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

20.7 Caberá ao Agente de contratação receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informados a autoridade superior ao Agente, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

21 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1 O objeto desta Concorrência será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade superior.

21.2 Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, constatada a regularidade dos atos praticados a Comissão de Contratação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para Homologação do resultado do certame, publicando-se os atos no Diário Oficial do Município.

22 DO CONTRATO

22.1 A licitante vencedora deverá assinar com o município de Laranjeiras/SE, o respectivo Contrato, cuja minuta segue inclusa a este Edital, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a convocação a ser efetuada pelo respectivo departamento da prefeitura de Laranjeiras/SE.

22.2 O prazo de convocação para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, à critério da Administração mediante apresentação de motivos que o justifiquem, uma vez por igual período.

22.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas no art. 156º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, inclusive multa mínima de 0,5% e máxima de 30% do valor do contrato licitado.

22.4 Se a empresa adjudicatária se recusar a assinar o Contrato ou deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, o município poderá optar pela convocação dos demais concorrentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização, nos termos deste Edital, podendo:

22.5 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor economia que se estima gerar, mesmo que acima do ofertado pelo adjudicatário, sem prejuízo de negociar condições propostas pelo licitante vencedor.

- 22.6 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 22.7 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento, aceitos pelo município, bem como as condições estabelecidas neste Edital.
- 22.8 É permitida a transferência do Contrato a terceiros, em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.
- 22.9 A CONTRATADA deverá providenciar, antes da assinatura do Contrato, em original ou por processo de cópia autenticada em cartório:
- 22.10 A.R.T – Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pelos serviços a serem executados ou T.R.T – Termo de Responsabilidade Técnica;
- 22.11 No caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a contratada está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 22.12 No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 22.13 Também precedendo a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observado o disposto na minuta do Contrato de Concessão e no art. 98º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações.
- 22.14 A garantia contratual poderá ser oferecida por uma das seguintes modalidades:
- 22.14.1 Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- 22.14.2 Fiança bancária;
- 22.14.3 Seguro-garantia.
- 22.15 A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.15.1 Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do Contrato;
- 22.15.2 Prejuízos diretos causados a prefeitura de Laranjeiras/SE decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do objeto do Contrato;
- 22.15.3 Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pelo município de Laranjeiras/SE à CONTRATADA; e
- 22.15.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao Contrato não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

22.16 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

22.16.1 Caso fortuito ou força maior;

22.16.2 Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao município de Laranjeiras/SE;

22.16.3 Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pelo município de Laranjeiras/SE, após expirada a execução do contrato ou a validade da garantia.

22.17 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do município de Laranjeiras/SE, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

22.18 Se a caução for prestada em título da dívida pública, deve este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

22.19 A garantia, quando efetuada através de fiança bancária, deverá ser formalizada mediante a apresentação de Carta de Fiança emitida por banco regularmente constituído.

22.20 A fiança bancária deverá conter:

22.20.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato ou seguir os moldes do Item 22.17 deste edital;

22.20.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

22.20.3 Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos art. 827º e 838º do Código Civil Brasileiro;

22.20.4 Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

22.21 A garantia, quando ofertada através de seguro garantia deverá ser formalizada mediante apresentação de apólice de seguro, onde conste o município de Laranjeiras/SE como beneficiário, não podendo constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa.

22.22 Conforme previsão do art. 96º, §3º, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, quando o contratado optar pela modalidade de seguro-garantia, este terá 1 (um) mês contado da homologação e antes da assinatura do contrato para a prestação da garantia, assim fica mitigado, para essa situação o prazo de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para assinatura do contrato.

22.23 Quando a garantia contratual for prestada na modalidade de fiança bancária ou seguro garantia, o seu prazo de validade deverá perdurar durante a vigência do contrato, devendo ser renovada até o término do contrato.

22.24 A garantia ofertada pela CONTRATADA nos termos será devolvida, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do término do contrato.

22.25 O município de Laranjeiras/SE designa como órgão gestor, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

22.26 O município designa, ainda, como Gestor do Contrato, o Sr. Adailton Mário Souza Santos, Portaria nº 83/2023

22.27 O Gestor do Contrato por parte do município exercerá as atribuições previstas no art. 117 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e no Decreto Municipal.

22.28 A remuneração máxima do contratado será de até 85% da economia gerada referente às despesas correntes atuais da Administração no caso da Iluminação Pública e de até 90% da economia gerada referente às despesas correntes atuais da Administração no caso dos Prédios Públicos e do Saneamento (vide Tabelas 1, 2 e 3 do Termo de Referência), nos casos de equivalência ou de superação da economia prevista na Proposta de Trabalho.

23 DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

23.1 Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o gestor para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o Caderno de Obras, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações pertinentes. O fiscal designado pelo município irá assinar o Caderno juntamente com o responsável técnico da CONTRATADA.

23.2 A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Sr. Ricardo José Matos Galvão Matrícula nº 2393, designado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

23.3 O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer sempre que convocado, devendo ainda a CONTRATADA manter um encarregado permanente, durante a execução contratual, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo município sobre o andamento do serviço, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo município.

23.4 O(s) profissional(is) deverá(ão) fazer anotações diariamente no “Caderno de Obras” e indicar o(s) substituto(s) responsável(is) por qualquer ocorrência no período de sua(s) ausência(s).

23.5 A CONTRATADA fica obrigada a manter em local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local do serviço o caderno de Obra, cujo modelo será submetido à análise e aprovação pelo município de Laranjeiras.

23.6 A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

23.7 O município se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do município.

23.8 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao município, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o município, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

23.9 O recebimento pelo município, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na Lei.

23.10 A fiscalização do município poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do município, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

23.11 Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do município determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

23.12 A fiscalização dos serviços pelo município não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

23.13 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e, em especial às Normas Regulamentadoras NR-5 (CIPA); NR-6 (EPI); NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional); NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); NR-10 (Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção), em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

23.14 A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

23.15 A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

23.16 No caso de ações trabalhistas decorrentes da execução do objeto licitado, que diretamente ou indiretamente, responsabilizem a Prefeitura Municipal, esta poderá reter os valores devidos à concessionária como forma de garantir o pagamento de eventuais custas e condenações já transitadas em julgado, por parte da Contratada.

23.17 Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o município, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo município, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

23.18 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo Município, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o município.

24 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

24.1 O Contrato terá vigência de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data de assinatura, em conformidade com o Inciso II do art. 110º da Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

24.2 O prazo de vigência postulado no Item 24.1, foi definido por considerar que a empresa contratada irá realizar investimentos expressivos, que implicam diretamente em benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas da contratada, sendo revertidos ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato. Restando à contratada a sua remuneração que se dará exclusivamente pelo percentual e valores descritos no Caderno Financeiro, Termo de Referência e Contrato, referente à economia gerada em relação às despesas correntes da Administração na manutenção e efficientização do sistema.

25 DAS MEDIÇÕES, FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

25.1 Mensalmente, a Fiscalização realizará a aferição do valor da economia gerada no período.

25.2 Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o relatório minucioso comprovando a economia gerada no período, para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado ao responsável que será designado pelo Município.

25.3 A primeira medição só acontecerá, 30 (trinta) dias após o início da geração de economia por conta da gestão contratada.

25.4 Antes do fechamento da medição, o município terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar a medição apresentada. Em caso de erro na medição, o município informará a CONTRATADA, dentro do período de análise, para que a mesma efetue as devidas correções e apresente a nova medição corrigida.

25.5 Havendo parte incontroversa o pagamento será realizado após apuração.

25.6 O devido fechamento da medição mensal deverá ser efetivado entre a CONTRATADA e a Fiscalização do município, mediante emissão de relatório de medição pela CONTRATADA e atestado de aceite do município.

25.7 Após o fechamento e aprovação da medição, o município autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a ao Sr. Adailton Mário Souza Santos Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Portaria nº83/2023), no endereço de e-

mail:infraestrutura@laranjeiras.se.gov.br.

25.8 O município efetuará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura após o protocolo da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 15 (quinze) dias.

25.9 **ÍNDICE DE DESEMPENHO:** Essa nomenclatura será usada para o índice aferido anualmente, inicialmente no 12o mês contados do início da operação, e depois sucessivamente a cada 12 meses, visando a Aferição Efetiva e Exata da Disponibilidade Gerada do Sistema Fotovoltaico em comparação com a Disponibilidade Estimada do Sistema para o mesmo período, apresentada na Proposta Comercial, devidamente descrita no Contrato. Logo, a diferença percentual entre a EFETIVA DISPONIBILIDADE DO SISTEMA e a DISPONIBILIDADE ESTIMADA DO SISTEMA.

25.10 Esse cálculo poderá gerar um percentual positivo de acréscimo (no caso da EFETIVA DISPONIBILIDADE ser maior que a DISPONIBILIDADE ESTIMADA) ou poderá ser menor no caso inverso. Em ambos os casos, os ajustes deverão corrigir os valores financeiros na 13o PARCELA, fixando o novo valor financeiro a ser praticado nos próximos 12 meses até nova aferição e assim sucessivamente até o término do contrato.

25.11 Junto à medição final, a CONTRATADA deverá entregar ao município o relatório final nos termos das especificações contidas no edital.

25.12 O pagamento da última medição será efetuado somente após o recebimento e aprovação pela Prefeitura do município de Laranjeiras - SE do relatório final e da emissão do Termo de Recebimento Provisório do serviço.

25.13 Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo de Recebimento Provisório somente será emitido após a devida correção.

25.14 Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo aos empregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber, e todas as demais Certidões Negativas de Débitos.

25.15 As comprovações serão feitas através das cópias autenticadas das guias de recolhimento, devidamente quitadas, que deverão ser encaminhadas ao Serviço de Contabilidade do município;

25.16 Em se tratando de INSS, a CONTRATADA deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do município, o número do Contrato ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

25.17 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim.

25.18 Por ocasião da apresentação ao município da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.

25.19 Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento

referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

25.20 Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena de o município efetuar a retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:

25.21 Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao município, para fins de devolução da quantia retida.

25.22 Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o município poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

25.23 Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;

25.24 Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

25.25 Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

25.26 Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

25.27 Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do município de Laranjeiras, o valor da parcela poderá ser atualizado “pro rata die” de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.

25.28 Os preços pactuados serão reajustados pelo IPCA, com data base vinculada à data do orçamento estimado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, nos termos do art. 92º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

25.29 No caso da extinção do IPCA, o índice que o suceder será o usado para corrigir os preços deste certame.

25.30 O município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

25.31 Caso os serviços constantes do objeto, não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).

26 DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

26.1 A CONTRATADA deverá utilizar na prestação dos serviços apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.

26.2 O município se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias foreme apontar a fiscalização do município.

27 DAS PENALIDADES

27.1 As sanções dispostas no Contrato poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao município e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações.

27.2 Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137º e 156º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

27.2.1 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer de suas cláusulas.

27.2.2 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega da prestação dos serviços e/ou da obra ou no término das etapas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência.

27.3 Durante a execução do contrato de eficiência, a contratada deverá zelar pelo pleno atendimento à economia gerada de acordo com sua Proposta de Trabalho e de Preços, legalmente e contratualmente avençada. Caso a economia não seja alcançada será adotado as seguintes ações:

27.3.1 A diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração da contratada.

27.3.2 Se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, a contratada sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, e, ainda, a outras sanções cabíveis prevista em edital.

27.4 O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelo município de Laranjeiras/SE independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- I. falência;
- II. concordata;
- III. insolvência;
- IV. dissolução judicial ou extrajudicial;
- V. inobservância de dispositivos legais;
- VI. inadimplemento de obrigação contratual.

27.5 A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

27.6 As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I ao XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

27.7 A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

27.8 Todos os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

27.9 Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do município, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

28 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

28.1 A extinção contratual, em favor do município, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações.

28.2 A rescisão contratual, em favor da CONTRATADA, terá lugar em caso de ocorrência das hipóteses previstas no Artigo 137, §2º, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações.

28.3 A rescisão contratual poderá, ainda, ocorrer de pleno acordo entre as partes em razão de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, hipóteses em que as partes se comporão quanto à eventuais indenizações devidas reciprocamente, a qualquer título que seja, sendo-lhes lícito isentarem-se mutuamente.

28.4 Caso a CONTRATANTE, tenha interesse em rescindir unilateralmente o contrato, a CONTRATANTE deverá pagar a CONTRATADA uma multa contratual correspondente a 60 (sessenta) meses do valor médio pago à contratada nos últimos 12 (doze) meses. E, ainda ressarcir com todos os valores correspondentes aos investimentos já realizado pela CONTRATADA referente aos equipamentos já instalados e em funcionamento, manutenção, mão de obra e eficientização do município. Tais valores deverão ser comprovados pela contratada, com a apresentação de notas fiscais, folha de pagamento e demais documentos comprobatórios.

29 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 A Prefeitura Municipal de Laranjeiras poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.2 É facultada ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

29.3 O município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

- 29.3.1 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Agente de Contratação no processo de julgamento;
- 29.3.2 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.
- 29.4 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.
- 29.5 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.
- 29.6 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto o conteúdo das propostas até a respectiva abertura:
- 29.7 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo o mesmo ser encaminhada ao Agente de Contratação;
- 29.8 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumento em favor do município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.
- 29.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 29.10 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
- 29.11 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial do município de Laranjeiras/SE.
- 29.12 Este procedimento licitatório poderá ser revogado por conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 29.13 Este procedimento licitatório poderá ser anulado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados
- 29.13.1 Sendo indicado expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeitos todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 29.13.2 No caso de ilegalidade, sendo constatado durante a execução contratual, será aplicado o disposto no art. 147º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 29.14 Fica autorizada a empresa contratada a transferir os recebíveis desta contratação a título de garantia para fazer empréstimos e financiamentos em instituições financeiras credenciadas pelo Ministério da Economia e Banco Central do Brasil, e Fundos de Investimentos, públicos e privados, conforme instrução Normativa 53 de 09 de julho de 2020.
- 28.15 Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o

horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.16 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.

28.17 Fica eleito o foro da Comarca de Laranjeiras/SE, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

Laranjeiras/SE, 05 de junho de 2024

LYVIA LAYS DOS SANTOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO